

5 Resultados

Essa seção apresenta os principais resultados. A sessão é dividida em dois subitens 5.1 e 5.2. Todas as regressões aqui apresentadas estão controladas por efeito fixo de região e por características municipais definidas na estratégia empírica.

5.1. **Efeito da informação sobre comportamento de eleitores: Partidos políticos são responsabilizados por eleitores informados?**

Na tabela 3 apresento os resultados do efeito da revelação da informação sobre o desempenho do partido político na eleição para prefeito. A variável dependente é uma variável binária se o partido do prefeito em 2004 elegeu seu candidato na eleição de 2004. Em cada regressão usamos duas medidas alternativas da corrupção que foi revelada nos relatórios, na coluna 1 usamos *Corrupção*, na coluna 2 usamos uma medida que classifica a corrupção em dois níveis, *Pouca Corrupção* e *Muita Corrupção*.

Todas as colunas mostram que em municípios onde a informação foi revelada antes da eleição o desempenho eleitoral do partido do prefeito foi pior, condicional na corrupção existente. A magnitude do efeito é alto relativamente à média da variável dependente, a revelação de que ocorreu ao menos uma irregularidade associada à corrupção reduz a probabilidade do partido ser reeleito em 33 pontos percentuais, ou 0.67 do desvio padrão, relativamente a um prefeito que cometeu ao menos uma irregularidade mas que não teve a informação revelada antes da eleição. O desempenho do partido onde o prefeito estava envolvido com muitos casos de corrupção não é estatisticamente diferente daquele envolvido com poucos (coluna 2), sugerindo que eleitores punem igualmente partidos onde o prefeito foi revelado corrupto independente do nível de corrupção.

Entretanto, nesta tabela incluímos também na amostra os municípios onde o partido não participou das eleições. Ou seja, talvez o pior desempenho estimado associados à divulgação da informação seja apenas porque estamos atribuindo probabilidade de reeleição igual a zero para aqueles partidos que escolheram ficar fora da disputa eleitoral e não porque eleitores desaprovam corrupção. Na Tabela 4, apresentamos um exercício empírico análogo ao da Tabela 3, entretanto, excluimos da amostra os municípios onde o partido do prefeito em 2004 não participou da eleição. Nas duas primeiras colunas a variável dependente é a variável binária igual a um se o partido foi reeleito e, nas duas últimas, é a proporção de votos válidos recebidos pelo partido. Excluindo esses municípios, o efeito da informação de corrupção permanece negativo e estatisticamente significativo. Na coluna 1, a magnitude do coeficiente é maior do que na Tabela 3, entretanto, estatisticamente os coeficientes são iguais. Nas últimas 2 colunas usamos a medida contínua do desempenho do partido. Na coluna 4, a interpretação do coeficiente em termos da proporção de votos válidos recebidos, é de que a informação reduz em 11 pontos percentuais a proporção de votos recebidos ou 0.75 do desvio padrão. Este resultado oferece uma interpretação interessante sobre a escolha ótima de partidos em selecionar um candidato corrupto do ponto de vista exclusivamente de votos conquistados – ignorando-se na análise de custo-benefício possíveis rendas provenientes de atividades ilícitas. Se a probabilidade com que eleitores são informados da ocorrência de corrupção no município for menor que 66% a proporção esperada de votos conquistados pelo partido é maior quando o político é corrupto do que quando não corrupto¹³. Sugerindo que apesar de partidos serem responsabilizados por eleitores os interesses de ambos quanto à seleção de políticos não estão alinhados para um intervalo grande do conjunto de probabilidade de eleitores serem informados. Diferente da segunda coluna das Tabelas 3 e 4, na coluna 4 desta tabela, o desempenho do partido só é menor quando envolvido com muitos casos de

¹³ A escolha do partido em selecionar um político corrupto como candidato pode ser resumida na análise do custo-benefício eleitoral de se apoiar um corrupto. Onde, partidos escolhem corruptos se a inequação abaixo é satisfeta.

$$E(votos | C) > E(votos | NãoC)$$

$$E(votos|C, Inf.) \times P(Inf.) + E(votos|C, NãoInf.) \times [1 - P(Inf.)] >$$

$$E(votos|NãoC, Inf.) \times P(Inf.) + E(votos|NãoC, NãoInf.) \times [1 - P(Inf.)]$$

Substituindo pelos coeficientes estimados na coluna 4 da Tabela 4 temos:

$$(-0.109 + 0.083 + 0.072) \times P(Inf.) + 0.072 \times [1 - P(Inf.)] > 0.083 \times P(Inf.) + 0$$

$$\rightarrow P(Inf.) < 0.66$$

Onde $E(x|y)$ é o valor esperado de x condicional em y ; C e $NãoC$, definem se o político é corrupto e não corrupto respectivamente; Inf e $NãoInf$ definem se os eleitores receberam e não receberam a informação respectivamente. $P(x)$ é a probabilidade de x acontecer.

corrupção. Quando o nível de corrupção é separado em dois níveis o pior desempenho eleitoral permanece apenas para os partidos em que os seus membros estavam envolvidos com muita corrupção, sugerindo que eleitores esperam que ocorra alguma corrupção e só punem partidos quando o nível encontrado é elevado.

Na Tabela 5 apresentamos o efeito da informação sobre o desempenho do partido do prefeito fiscalizado na eleição para vereador. Nas duas primeiras colunas usamos como variável dependente a proporção de vagas para vereador conquistadas pelo partido e, nas duas últimas, a proporção dos votos válidos recebidos¹⁴. As regressões cuja variável dependente é a proporção de vagas preenchidas pelo partido político não apresentaram coeficiente estimado significativo, talvez porque a conquista de vagas para a eleição de vereadores não é determinada linearmente pela proporção de votos recebidos, depende também do *quociente eleitoral* e *quociente partidário*¹⁵. Assim, quando usamos como variável de interesse a proporção de votos válidos recebidos pelo partido, que oferece uma medida mais precisa da preferência da população, os coeficientes das colunas 4 e 5 passam a ser significantes. Interpretando o coeficiente da coluna 4 temos que a revelação da incidência de corrupção reduz em 8.2 pontos percentuais a proporção de votos válidos recebidos pelo partido ou 0.59 do desvio padrão. Esses resultados sugerem que eleitores responsabilizam partidos não apenas em eleições para o executivo (Tabela 3 e 4) como também para o legislativo (Tabela 5).

Os resultados até aqui apresentados corroboram a hipótese considerada no modelo, de que quando informados da corrupção cometida, eleitores punem partidos políticos¹⁶. A importância desse resultado decorre de dois principais motivos. O primeiro motivo envolve o contexto onde foi realizado o teste. No Brasil, argumenta-se que a responsabilização do tipo partidária principalmente no legislativo é inexistente, prevalecendo a do tipo individual. Logo, a evidência em si de que, no Brasil, partidos

¹⁴ Em todos os municípios o partido do prefeito fiscalizado foi representado por ao menos um candidato a vereador, por isso, não separamos em duas tabelas como as tabelas 3 e 4 foram separadas.

¹⁵ Apresento aqui uma breve explicação do que é quociente eleitoral e partidário. Quociente eleitoral é determinado pela razão do número de votos válidos e o número de lugares a preencher no legislativo municipal. O partido só pode disputar vagas se alcançar esse quociente. O quociente partidário determina quantos vereadores serão eleitos, para chegar a esse valor divide-se o número de votos conseguidos pelo partido pelo quociente eleitoral (Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Pará).

¹⁶ É interessante notar que quando usamos como variável dependente o desempenho da coligação que o partido do prefeito participa os resultados são bem diferentes. O efeito da informação de corrupção sobre o desempenho da coligação como um todo é estatisticamente igual a zero.

políticos são responsabilizados pelo desempenho de seus afiliados em eleições para o executivo e legislativo é uma contribuição.

O segundo motivo faz ligação justamente com a segunda parte do trabalho. Um dos principais mecanismos pelo qual a informação de corrupção afeta incentivos e, possivelmente, as escolhas de partidos políticos é porque eleitores usam informações quanto ao desempenho do político para escolher o voto¹⁷. Assim, caso não existisse evidência de que partidos são responsabilizados por eleitores, seria difícil racionalizar a mudança de comportamento de partidos políticos como consequência da provisão de informação. Logo, esses resultados são importantes para a construção do argumento que nos permite compreender o papel de partidos políticos.

Segundo o modelo da seção teórica, eleitores responsabilizam partidos políticos por dois motivos: para selecionar melhores políticos e para punir um mau comportamento. Assim, para evitar o pior desempenho por motivos de seleção, partidos podem evitar ter o político revelado corrupto como um de seus afiliados. Se partidos agem dessa forma, o partido que elegeu o prefeito corrupto em 2000, ou o partido que o apoiou em 2002, não deveria apresentar o mesmo desempenho eleitoral que o partido no qual o corrupto se afiliou após a revelação da informação. De fato, os resultados até aqui apresentados evidenciam apenas que o partido, no qual o prefeito corrupto se encontrava em 2004, apresentou pior desempenho nas urnas quando revelada a informação. Quando fazemos o exercício empírico análogo para o partido no qual o prefeito era afiliado antes da informação, os resultados são bem distintos.

Similar as Tabelas 3 e 4, a Tabela 6a apresenta como variáveis dependentes as medidas de desempenho na eleição para prefeito de 2004 do partido no qual o prefeito foi eleito em 2000, e a tabela 6b, as medidas de desempenho na eleição para prefeito de 2004 do partido no qual o prefeito se encontrava antes da fiscalização, em 2002. Como se observa, em nenhuma coluna os coeficientes estimados são estatisticamente significativos, a informação de corrupção não piora o desempenho dos partidos onde o prefeito se encontrava antes da revelação da informação. O resultado é análogo quando usamos o desempenho na eleição de 2004 para vereador. Como consta na tabela 7, a

¹⁷ Podem existir outros mecanismos: Brollo (2008) sugere que a informação de corrupção pode reduzir as transferências de recursos para a gestão municipal. Assim, mesmo que eleitores não punam partidos pela informação de corrupção, partidos podem ser afetados indiretamente pela redução do montante de recursos que seu afiliado administra. Na seção de robustez abordamos esta possibilidade.

informação de corrupção não piorou o desempenho, também na eleição para vereador, dos partidos no qual o prefeito se encontrava em 2000 e 2002. Esses resultados são consistentes com o argumento que partidos políticos estão penalizando os políticos revelados corruptos relativamente aos corruptos não revelados e assim afetando a probabilidade de políticos mudarem de legenda¹⁸. Assim, partindo dessa motivação, apresentamos na próxima seção os efeitos da provisão de informação sobre as escolhas de partidos políticos.

5.2.

Papel dos partidos na punição e seleção de políticos.

Como enfatizado na sessão teórica, a provisão de informação para eleitores pode influenciar o comportamento de partidos políticos. Segundo o arcabouço teórico, a informação altera o comportamento em duas dimensões: muda a relação entre os partidos e o político corrupto e altera a seleção do candidato em eleições futuras. Essa subseção apresenta os resultados de como a revelação de informação altera esses dois possíveis mecanismos de atuação do partido.

5.2.1.

A relação entre partidos e políticos: A informação faz partidos punirem políticos corruptos?

Na Tabela 8, apresentamos as regressões que testam se a informação de corrupção altera a probabilidade do político de trocar de partido. A variável dependente é binária igual a 1 se o partido do prefeito em 2002 é igual a aquele ao qual é filado em 2004. Os coeficientes que captam o efeito da informação condicional no nível de corrupção são positivos e significantes a 10%. A interpretação do resultado da coluna 1 é que a revelação de ao menos uma corrupção aumenta a probabilidade do político permanecer no partido em 15 pontos percentuais relativamente ao corrupto que não teve a informação revelada (0.66 do desvio padrão da variável dependente). Considerando que a média da variável dependente é 0.23, a magnitude do efeito causal é alta. Na coluna 2 a informação afeta apenas a probabilidade de políticos pouco corruptos permanecerem no mesmo partido.

¹⁸ Os resultados também são estatisticamente iguais a zero quando usamos como variável dependente o desempenho da coligação de 2000 no qual o partido que elegeu o prefeito participava.

Como explicitado na seção de estratégia empírica, a interpretação do sinal do coeficiente relevante não é óbvio. A princípio o sinal positivo é compatível com argumentos que dizem que a revelação da informação fez partidos preservarem corruptos, o que pode ser interpretado como um prêmio ao corrupto, e com argumentos que dizem que a informação piorou as “propostas” de partidos para que o corrupto mudasse de legenda, podendo ser interpretado como uma punição ao corrupto¹⁹. Acreditamos que o teste corrobora argumentos próximos ao segundo e não ao primeiro, apresentarei algumas evidências que reforça essa intuição.

Como explicitado na estratégia empírica, Desposato (2006a) mostra que a principal motivação de políticos legisladores no Brasil a trocarem de partidos é para ter acesso privilegiado a recursos nacionais e estaduais - migrando para o partido do governador ou presidente. De fato, na tabela 9 apresentamos uma correlação condicional para todos os municípios brasileiros entre a variável binária de mudança de partido e as variáveis binárias se o partido inicial (em 2002) é igual ao do governador ou do presidente. Como observado os coeficientes são positivos e fortes, representam juntos 1.12 do desvio padrão da variável dependente. Esse resultado sugere que o argumento sugerido em Desposato (2006a) vale também para o executivo municipal. Ou seja, políticos trocam menos de partido quando já estão no partido que teoricamente lhe proporciona mais acesso a recursos. Assim, o fato de que corruptos permanecem mais nos partidos pode ser interpretado como uma rejeição dos demais partidos em oferecer os mesmos benefícios do que oferece para um corrupto que não foi revelado. Supondo que os partidos do governador/presidente são aqueles que de fato proporcionam maior acesso aos recursos para o político, quando políticos já estão no partido do governador e presidente, e portanto não ambicionam tanto a troca de partido, esses seriam prejudicados se saíssem dos mesmos. Na tabela 10 apresentamos alguns testes para possibilitar uma melhor interpretação do sinal positivo do coeficiente relevante apresentado na Tabela 8. Nas colunas 1 e 2, testamos se o efeito da informação de corrupção sobre a mudança de legenda partidária é diferente quando o político é do partido (em 2002) do presidente, coluna 1, ou do governador, coluna 2. Quando o

¹⁹ Uma possível história que concilia a visão de que políticos revelados corruptos são premiados por partidos político é que partidos aprendem com a informação que os políticos são corruptos. Como partidos podem valorar corrupção preservam o político. Entretanto, tal história não faz muito sentido, pois é pouco razoável supor que partidos ignorem que os políticos são corruptos. A literatura costuma supor que partidos conhecem a qualidade de seus afiliados (Aragon, 2008).

político já esta no partido do presidente a informação reduz a probabilidade do político permanecer no partido, o que corrobora a história que a informação prejudicou os corruptos. O teste análogo para o partido do governador não foi significativo.

Além de obter mais recursos quando filiados ao partido do presidente/governador, é possível que políticos tenham mais acesso quando filiados a partidos com maior representatividade nacional. Assim, políticos seriam prejudicados se a informação diminuísse a chance de ingressar nesses partidos. Testamos tal hipótese de duas formas nas colunas 3 e 4. Na coluna 3, testamos se a magnitude do efeito da informação de corrupção sobre a mudança de legenda é diferente para cada um dos grandes partidos políticos brasileiros. Consideramos grandes partidos aqueles que conquistaram mais que 10% das prefeituras na eleição de 2000 (PSDB, PMDB, PFL, PP e PT)²⁰. O efeito da informação sobre a permanência do político na legenda é ampliado quando o político em 2002 pertence ao PSDB e ao PT. Ou seja, políticos revelados corruptos têm menos chance de permanecer nesses partidos relativamente a corruptos não revelados. Curiosamente, são os dois partidos com maior força política ao nível nacional – são os únicos partidos que ocuparam a presidência da república nos últimos 16 anos²¹. Na coluna 4, fazemos um exercício empírico também para testar se o efeito da informação é menor para partidos pequenos, no caso, no lugar de testar cada partido separadamente, como fizemos na coluna 3, juntamos todos os partidos que conquistaram menos de 10% das prefeituras brasileiras. Políticos revelados corruptos têm mais chance de permanecer nesses partidos pequenos do que corruptos não revelados. Essas evidências sugerem que quando o político corrupto é filiado a partidos que lhe prove boas oportunidades (partido do presidente e partidos com maior representatividade nacional) a informação reduz a probabilidade de permanecer no partido, e quando é apoiado por partidos que não lhe provê tais oportunidades (partidos pequenos), a informação aumenta a probabilidade de permanecer no partido.

²⁰ O PT não conquistou mais que 10% das prefeituras, mas por ser o partido do presidente e também considerado o mais coeso pela literatura de ciência política, optamos por incluí-lo (Samuels, 2003).

²¹ Uma entrevista com um senador também corrobora a visão de que PT e PSDB são os partidos com maior representatividade nacional (Revista Veja, 18 de fevereiro de 2009).

5.2.2.

Partidos políticos e a capacidade de selecionar candidatos: A informação muda o candidato do partido?

Como sugerido pelo arcabouço teórico, a informação pode fazer com que o partido do político revelado corrupto escolha não apoiar nenhum candidato, ou que o candidato apoiado apresente alternativas profissionais piores comparativamente a disputa pelo cargo. Na tabela 11, colunas 1 e 2 testamos se a informação faz o partido se abster da disputa eleitoral. Em nenhuma especificação conseguimos rejeitar que o coeficiente estimado relevante seja diferente de zero. Uma possível explicação é que no Brasil grande parte dos recursos gastos na campanha são obtidos pelo próprio candidato, e portanto, partidos teriam um custo baixo de apoiar ou não um candidato²². Assim, a revelação da informação afetaria mais os potenciais candidatos ao cargo do que exatamente a decisão do partido apoiar, ou não, um candidato. Nas colunas 3 a 6 testamos se as características do candidato escolhido pelo partido do prefeito em 2004 se alteram com a provisão da informação. Apresentamos nessa tabela os principais resultados do efeito da informação sobre as características do candidato²³. Nas colunas 3 e 4, a variável dependente é a escolaridade do candidato, nas colunas 5 e 6, a idade do candidato. Em todas as regressões incluímos na amostra apenas os municípios onde o partido apoiou algum candidato. Condicional na corrupção, a provisão de informação reduz a idade e escolaridade do candidato escolhido pelo partido do prefeito. A magnitude do coeficiente é alta, a informação de pouca corrupção reduz em 4.4 anos a escolaridade e em 8 anos a idade do candidato, representando respectivamente 0.69 e 0.35 desvios padrões.

²² Samuels (2003) afirma que no Brasil apesar do partido ser financiado por recursos públicos, os recursos para as campanhas políticas dependem fortemente do candidato.

²³ Omitiu-se as especificações onde as variáveis dependentes eram a ocupação profissional e o sexo do candidato pois os coeficientes relevantes não são estatisticamente diferentes de zero, e portanto, tais características não parecem ser afetadas pela informação.